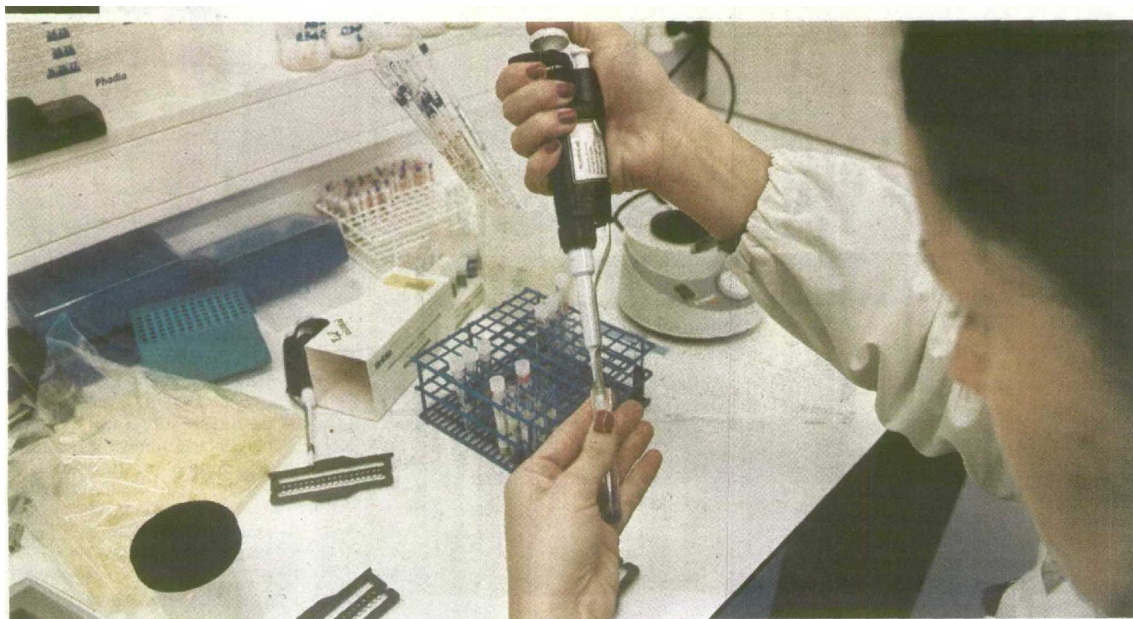




| | | |
|---|--|--------------------------------|
| <p>Diário Notícias</p> <p>24-01-2013</p> | <p>Periodicidade: Diário</p> | <p>Temática: Saúde</p> |
| | <p>Classe: Informação Geral</p> | <p>Dimensão: 735</p> |
| | <p>Âmbito: Nacional</p> | <p>Imagem: S/Cor</p> |
| | <p>Tiragem: 56361</p> | <p>Página (s): 1/12</p> |

Concurso vai baixar preços dos exames médicos

SAÚDE Ministério quer empresas regionais a competir na área das análises, o que levará à redução de taxas moderadoras. **PAÍS** PÁG. 12



Pela primeira vez em 15 anos novas empresas vão poder prestar serviços ao SNS. Governo espera reduzir custos

RONALDO VILLAVEDE/GLOBAL IMAGES

Ministério lança concursos para baixar preço de exames

Saúde. Competição entre empresas na área das análises e exames levará à redução de taxas moderadoras, além de trazer mais escolha em regiões onde a oferta era escassa, defende a ACSS

DIANA MENDES

O Ministério da Saúde quer abrir concursos regionais para que as empresas compitam e baixem os preços em áreas como as análises clínicas, exames de cardiologia ou otorrino, os meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Uma "revolução", em que os hospitais públicos podem entrar, que pode baixar os preços em 10% a 20%, bem como as taxas moderadoras associadas, além de trazer mais escolha em regiões onde a oferta é escassa. Os prestadores temem o efeito contrário, admitindo problemas de acesso em localidades menos povoadas.

Pela primeira vez em 15 anos novas empresas vão poder prestar serviços ao SNS, com exceção da diálise ou da cirurgia. O setor convencionado estava fechado desde 1998 e há muito que se esperava uma mudança, que chega agora e será implementado "este ano em algumas áreas e no seguinte nas áreas restantes", diz Alexandre Lourenço, vogal do conselho diretivo da ACSS.

Na segunda-feira, o ministro da Saúde, Paulo Macedo, disse que os acordos e convenções teriam de ser revistos. "Temos de ver se o Estado consegue melhorar os atuais acordos ou então ver se há outros

que possam prestar cuidados em melhores condições". Alexandre Lourenço explica o caminho que a tutela quer percorrer. Se atualmente os convencionados praticam os mesmos preços pelos atos, segundo a tabela definida com base nos custos do SNS, a ideia é que os valores sejam variáveis.

"Haverá um preço máximo a nível nacional, mas depois serão feitos concursos por região. Um lote para Braga na área da gastroenterologia", exemplifica. Apesar de o processo ainda ir ser discutido com o setor convencionado, há caminhos a ponderar: "Ficará definido o preço mais baixo a praticar e podem aderir as empresas que quiserem e mesmo hospitais".

Mas como é possível que haja pouco interesse em algumas regiões, como as de interior, o critério pode mudar. "Queremos que haja cuidados de proximidade e muita oferta, para que haja concorrência, por isso, podemos por exemplo definir entre qual a amplitude de preços possível a aplicar. E as unidades definem e competem com o melhor preço", refere. Anualmente, com base nos preços praticados, que irão baixar, "pode baixar-se a taxa moderadora praticada em cada ato, já que a taxa se calcula a partir do preço de referência" (ver ao lado).

Estas ideias já tinham sido pro-

postas pela Entidade Reguladora da Saúde, que em 2006 fez uma análise ao setor. "Propusemos a abertura das convenções e a realização de concursos, mas apenas em regiões com mais prestadores, como Lisboa, Porto ou Coimbra", diz um dos envolvidos no estudo, que acredita que os concursos e a abertura de mercado possam baixar os preços entre 10% e 20% em média. "Não faz sentido fazê-lo em zonas de pouca concorrência" porque nos arriscamos a perder os prestadores. Aí devia aplicar-se

a tabela nacional e os concursos feitos deveriam ajudar a ajustar preços nas restantes regiões".

Fonte da Federação Nacional dos Prestadores Privados em Saúde teme os efeitos dos concursos numa área "que já teve de baixar preços e que tem perdas de faturação até 40%, porque a procura caiu". Defende a "abertura a novas convenções, mas diz que os concursos vão matar a concorrência, já que apenas ficarão as maiores empresas e que a cobertura e a liberdade de escolha serão lesadas".

Concorrência vai levar serviços a oferecerem horários noturnos

ACESSO Taxas moderadoras serão revistas anualmente com a baixa de preço, mas horários e ofertas aos utentes serão outras mudanças

Hospitais públicos e unidades privadas e do setor social vão competir para ter doentes, recebendo verbas por atos praticados. Mas os preços não serão tudo. "As unidades terão de se adaptar às necessidades dos utentes. "Há laboratórios abertos às 22 horas", exemplifica Alexandre Lourenço.

Os hospitais públicos também poderão candidatar-se "aos lotes (concursos regionais) e terão de competir em pé de igualdade, porque aqui estão a trabalhar para os cuidados de saúde primários", que prescrevem os exames aos doentes". E a concorrência pode levar as unidades a baixar ainda mais os preços ou oferecer outros tipo de regalias, nomeadamente estando próximos dos utentes e em horários convenientes.

Quanto aos preços, o mesmo responsável da ACSS acredita que "as mudanças regionais e baixas

ÁREAS EM CAUSA

ANÁLISES CLÍNICAS

► **Hepatite C** é um exemplo de uma análise englobada nesta área. Hoje custa 9,35 euros ao Estado e o utente paga uma taxa moderadora de dois euros.

ANATOMIA PATOLÓGICA

► Uma **citologia**, exame usado para fazer rastreio ao cancro do colo do útero e lesões, custa 5,42 euros ao Estado e a utente paga dois euros.

CARDIOLOGIA

► O **ecocardiograma** é um exame que custa 40,70 euros ao Estado, mas o utente paga oito euros. Esta é uma das áreas com maiores custos para o Estado.

MEDICINA NUCLEAR

► **Cintigrafia óssea** custa cerca de 93,75 euros ao SNS e o utente contribui com uma fatia de 11 euros. Exames como estes ou a osteodensitometria, para avaliar a osteoporose, por exemplo, podem ver as taxas moderadoras (elevadas) reduzidas.

GASTROENTEROLOGIA

► **Colonoscopia total** é um exame que tem um custo de 51,21 euros, mas em que o utente paga 14. Esta área pode avançar para concursos em breve e alargar o número de prestadores.

MEDICINA FÍSICA

► O **exame muscular** é um exemplo de resposta, que custa 5,4 euros e ao utente dois. Apesar de os tratamentos terem preços reduzidos, é das áreas com maior peso no privado.

RADIOLOGIA

► Uma **mamografia** custa 20,50 euros e 3,50 euros de taxa moderadora. Outro exemplo é o da ecografia abdominal que custa 20,12 euros e ao utente cinco.

de preços vão refletir-se a nível do preço nacional. Como não podemos cobrar taxas moderadoras diferentes mesmo que os preços sejam diferentes, podemos atualizar e rever as taxas anualmente". Ou seja, o Estado e utentes poupam, "mas sobretudo haverá mais concorrência e eficiência".

O Estado gasta cerca de 500 milhões de euros com atos prestados por entidades convencionadas. No relatório da ACSS com dados de 2010, eram 490 milhões, estimando-se uma baixa de cerca de 10% com a redução de preços.